



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**

LEI COMPLEMENTAR Nº 019/96

Lido na Sessão do dia 15/10/96

Secretário

"ALTERA A LEI 1419, DE 10 DE JULHO DE 1.995, ACRESCENTANDO PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO PRIMEIRO, DANDO NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 2º, 3º e 4º, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, faço saber que a Câmara Municipal aprova e EU sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica acrescido parágrafo único ao artigo primeiro da Lei 1.419, de 10 de julho de 1.995:

"Artigo 1º - ...

Parágrafo Único - A operação de que trata este artigo será processada nos termos da Resolução Nº 69, de 14 de dezembro de 1.995, do Senado Federal."

ARTIGO 2º - Os artigos 2º, 3º e 4º da Lei 1.419, de 10 de julho de 1.995, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Artigo 2º - Para garantia do reembolso do principal e também do serviço de dívida fundada externa, a ser contraída pelo Município de Corumbá, observada a finalidade indicada no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Instituição financeira responsável pela emissão da garantia de pagamento dos referidos compromissos, parcelas dos direitos creditícios dos recursos provenientes dos repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre prestações de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação

CÂMARA MUNICIPAL  
CORUMBÁ - MS

10 MAI 1996

PROTOCOLO Nº 083/96

Roa

...



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**

ICMS e/ou do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação vigente. EM caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários, para quitação dos encargos contratuais e/ou ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será subrogada, a garantia do prazo de vigência do contrato da operação de crédito autorizado por esta Lei.

**Artigo 3º -** O prazo de amortização da dívida a ser contratada com a efetivação da operação de crédito autorizada por esta Lei, será de até 15 (quinze) exercícios de 360 dias cada um, contados a partir da data do funding da operação, sendo que a modalidade operacional será a emissão de Eurotítulos da Dívida Pública, em U\$\$ dólares, a serem negociados nos mercados de capital externo, mediante oferta pública e/ou colocação privada.

**Artigo 4º -** Fica igualmente o Poder Executivo, autorizado a contratar de acordo com a Lei 8.666/93, na redação que lhe deu a Lei 8.883/94, instituição financeira especializada para atuar no "Merchant Banker", na qualidade de coordenador global do processo de captação de recursos financeiros, na modalidade operacional prevista."

**ARTIGO 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

09 de maio de 1.996

  
**RICARDO CHIMIRRI CANDIA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



Lei Complementar nº019/96.  
Processo nº013/96  
Aprovada em:08/5/96.

ALTERA A LEI 1419, DE 10 DE JULHO DE 1995, ACRESCENTANDO PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO PRIMEIRO, DANDO NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 2º, 3º, 4º, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
D E C R E T A :

Art.1º-Fica acrescido parágrafo único ao artigo primeiro da Lei 1.419, de 10 de julho de 1995 :

" Art.1º.-.....  
Parágrafo único.- A operação de que trata este artigo será processada nos termos da Resolução nº69, de 14 de dezembro de 1995, do Senado Federal."

" Art.2º.-Os artigos 2º, 3º, 4º da Lei 1419, de 10 de julho de 1995, passam a vigorar com as seguintes redações "

Art.2º.-Para garantia do reembolso do principal e também do serviço de dívida fundada externa, a ser contraída pelo Município de Corumbá, observada a finalidade indicada no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à instituição financeira responsável pela emissão da garantia de pagamento dos referidos compromissos, parcelas dos direitos creditícios dos recursos provenientes dos repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, e do Imposto Sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de



Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação - ICMS e/ou do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação vigente. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários, para quitação dos encargos contratuais e/ou ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será subrogada, durante o prazo de vigência do contrato da operação de crédito autorizado por esta Lei.

Art. 3º.-O prazo de amortização da dívida a ser contraída com a efetivação da operação de crédito autorizada por esta Lei, será de até 15 (quinze) exercícios de 360 dias funding da operação, sendo que a modalidade operacional será a emissão de Eurotítulos da Dívida Pública, em US\$ dólares, a serem negociados nos mercados de capital externo mediante oferta pública e/ou colocação privada.

Art. 4º.-Fica igualmente o Poder Executivo, autorizado a contratar de acordo com a Lei 8.666/93, na redação que lhe deu a Lei 8.883/94, instituição financeira especializada para atuar no "Merchant Banker" na qualidade de coordenador global do processo de captação de recursos financeiros na modalidade operacional prevista . "

Art. 5º.-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 08 DE MAIO DE 1996.

Lautner Silva Serra  
Presidente.